



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: CARLOS BEZERRA JR.

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/03/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2021.

Informo também que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal Youtube da Câmara Municipal de São Paulo e que a íntegra da transcrição desta audiência estará disponível no *site* da Câmara Municipal, *link* Registro Parlamentar. Informo ainda que a realização desta audiência vem sendo divulgada pelo *Diário Oficial da Cidade* desde 5 de março, e foi publicada no jornal *Agora*, em 5 de março, e no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 8 de março.

Esta audiência foi convocada para discutir o projeto de lei nº 91/2021 de autoria do Executivo: “Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020; autoriza a disponibilização de uniformes sem o brasão da Prefeitura do Município de São Paulo, no âmbito do Programa Auxílio Uniforme Escolar, instituído pela Lei nº 17.437, de 12 de agosto de 2020, na hipótese e condições que especifica.”

Foram convidadas a participar desta audiência a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretaria-Executiva Malde Maria Vilas Bôas, e a Secretária-Adjunta Sra. Minéa Paschoaleto Fratelli.

As inscrições para participação do público estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 5 de março, devendo os interessados participarem pela plataforma *on-line* conforme *link* enviado por *e-mail*.

Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Estando, portanto, aberta a nossa audiência pública, gostaria de passar a palavra à nossa convidada.

Só gostaria de confirmar também a presença dos membros da Comissão de

Constituição e Justiça, Vereadora Sandra Tadeu, Vereador Toninho Vespoli e o Vereador Arnaldo Faria de Sá. Vejo no vídeo o Vereador Rubinho Nunes, que também está presente.

Algum outro Vereador está presente e eu não citei? (Pausa) Não. Então passo a palavra, por vinte minutos regimentais, à nossa convidada.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Vereador, a palavra está com a Secretaria de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Isso mesmo.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Bom dia. Muito obrigada pelo convite, pelo espaço. Quero só esclarecer dois pontos do projeto de lei.

Primeiro, a questão da lei federal que reorganiza o Fundeb e obriga a Prefeitura, a administração pública municipal a reorganizar os seus conselhos; a composição do conselho fica modificada a partir da lei federal. Como essa composição, aqui no Município, é fruto de uma lei municipal, nós precisamos dessa nova lei para nos autorizar a reformular a composição desse conselho.

Nós temos prazo até o dia 31 de março para que esses conselhos estejam constituídos, sob a pena de não recebermos os recursos advindos do Fundeb. Estamos com essa organização para recomposição do processo de expor a extensão. Há todo um processo para a composição desse conselho. Nós estamos aguardando então a aprovação da Câmara para que possamos nos organizar para formatar o nosso conselho de acordo com a legislação e com a lei federal.

O segundo ponto é com relação ao brasão do uniforme dos nossos alunos. No ano passado, a Câmara aprovou uma lei, por conta do período de pandemia. Todas as questões ficaram muito confusas, muito difíceis, como a produção e essas questões, por conta da pandemia. A Câmara, portanto, já havia aprovado uma lei que dispensava o uniforme com o uso brasão, enquanto durasse no ano passado aquele período da pandemia.

Como essa lei não abordou até o fim nesse período, mas só o exercício de 2020, nós estamos solicitando para a Câmara que nos permita prorrogar esse prazo também para

2021, enquanto nós ainda estamos nesse período tão difícil.

Quero lembrar que nós não estamos isentando do uniforme. As crianças continuarão com uniforme. Nós estamos homologando os uniformes que serão comprados e haverá um padrão estabelecido. Nós estamos prorrogando (ininteligível)

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Pessoal, alguém está com o microfone aberto. Por favor, eu gostaria de pedir atenção aos Vereadores e àqueles que estão nos acompanhando, neste momento, participando da audiência. Se o microfone fica aberto, há uma interferência muito grande, que nos impede a compreensão daquilo que a nossa convidada está falando. Agradeço a atenção.

Neste momento, também está presente o Vereador Gilberto Nascimento.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Só completando, Vereador, a nossa questão, então, do brasão, é essa. Nós não estamos dispensando as crianças do uniforme. Ao contrário, nós estamos, aqui, em um processo grande, para que as pessoas possam comprar e fabricar. Há as cooperativas e as costureiras locais. Então, todos estão se movimentando para produzir o uniforme. Estão encaminhando esses uniformes para serem homologados na Secretaria. A questão, então, é: nós só estamos solicitando ao Legislativo que nos permita, também, prorrogar para 2021 a liberação do brasão.

Se o Vereador me permite, Minéa, você tem alguma coisa para dizer ou ficou claro?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Não, acho que está bem claro. Bom dia a todos e todas. Eu acho que é importante ouvirmos as pessoas, não é, Malde? Na medida em que as dúvidas vão aparecendo, nós esclarecemos os pontos.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Então, Vereador, estamos à disposição de todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado. Eu gostaria de lembrar que as inscrições estão sendo feitas pelo *site* da Câmara e, neste momento, nós temos três inscritos, mas apenas um deles já ingressou na reunião. Eu indago à assessoria da comissão

quem é o primeiro inscrito. Aliás, uma vez encerrada a fala dos nossos convidados, gostaria de indagar aos Srs. Vereadores se querem se inscrever para falar. (Pausa)

O SR. TONINHO VESPOLI – Toninho Vespoli se inscreve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – O primeiro vereador inscrito é o Vereador Toninho Vespoli.

A SRA. SANDRA TADEU – Vereadora Sandra Tadeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Vereadora Sandra Tadeu.

Neste momento, temos dois Vereadores inscritos. Lembro os Srs. Vereadores que o tempo regimental é de três minutos para as suas considerações e debate.

Com a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Presidente, não iremos ouvir primeiro a sociedade civil? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - A recomendação passada pelo roteiro da comissão foi essa.

O SR. TONINHO VESPOLI – Está bem. Eu acho de suma importância esse debate na Câmara Municipal por conta de que nós, de maneira alguma, podemos perder as verbas da Educação, mesmo as que vêm de outros entes federados para o Fundo. A gente sabe o quanto isso é insuficiente. Tenho visitado muitas escolas e temos visto vários problemas de ordem estrutural, de falta de recursos humanos, uma série de coisas. Então perder esse dinheiro é inconcebível. Primeiro acho que deveríamos ter começado esse debate anteriormente, logo no começo do ano. Estamos com um prazo bastante limitado para isso.

Segunda coisa. Acho, pelo que percebo, o Governo fez um pouco o “copia e cola” na questão do Conselho, no formato do Conselho. Eu acho que uma coisa é ter um Conselho em nível federal, outra coisa é ter um Conselho de nível municipal, onde a política pública está sendo realmente efetuada, onde temos uma rede, por exemplo, de conveniamento enorme. Acho que precisamos estar um pouco mais atentos a isso. Aí, quando há o “copia e cola”, acabamos tirando dois representantes da sociedade civil – o representante de escolas rurais e

também o dos quilombolas. Teríamos que aumentar mais a quantidade de representantes do Conselho do pessoal que está na área da educação, inclusive para compensar essas duas perdas, que acabam sendo muito mais da sociedade civil, vamos dizer assim. Senão, pode ficar uma coisa descompensada, pendendo mais para o Governo. Então, acho que temos que pensar isso, porque as características de um Conselho federal são diferentes das do municipal; assim eu avalio.

Outra questão é o brasão. Fui totalmente contra aquele PL, mesmo em momento de pandemia porque temos uma discussão na educação: por que uniforme? Por que a Prefeitura dá uniformes? Por conta da segurança das crianças e dos adolescentes, para identificação. Estamos com poucos funcionários. Mesmo com os contratos do quadro de apoio, dos ATEs, estamos com poucos funcionários. Há escola com 600 crianças e adolescentes matriculados, e há um único ATE no momento do intervalo. Então, quanto fica difícil para essa pessoa saber se quem está dentro da unidade é ou não é da Educação.

Eu acho que, quanto mais houver uma identificação, é melhor. Por isso, temos bastantes divergências sobre esse ponto. Nada pode substituir a segurança da unidade escolar, a segurança das crianças e dos adolescentes. Isso também deveria ser melhor pensado, e temos muitas divergências quanto a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Registro a presença dos Vereadores Sansão Pereira e Xexéu Tripoli, meu Líder.

Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. SANDRA TADEU – Bom dia a todos os Vereadores, Sr. Presidente, e a quem está nos acompanhando nesta audiência pública. (Falha na transmissão.) Esse projeto foi demasiadamente discutido e aprovado, com louvor, no Congresso Nacional, por todos os partidos. Na última sessão, parece-me que houve uma confusão, umas discussões e, na verdade, eles discutiram o nosso projeto. Simplesmente nós tiramos do conselho os

representantes quilombolas e os rurais...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. SANDRA TADEU – ...não tem esses representantes. No Estado de São Paulo existe as escolas rurais... (Falha na transmissão.) ...dos quilombolas. Então na verdade eu creio que é um projeto que... (Falha na transmissão.) ...nenhuma nessa questão. Mesmo o conselho, eu acho assim...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. SANDRA TADEU – ... dos quilombolas na questão das escolas rurais... (Falha na transmissão.) ...mas eu não vejo essa necessidade. Então, queria reiterar que é um projeto importantíssimo, que temos que aprovar logo, porque isso foi uma vitória da Educação, foi uma vitória dos brasileiros para que nós possamos continuar tendo os nossos recursos dirigidos à Educação e é um projeto que dirige muito bem. Ele diz, inclusive, que em cidades... (Falha na transmissão.) ...professores. Então acho que esse projeto vai dar uma forma melhor a essa estrutura... (Falha na transmissão.) ...São Paulo realmente, os recursos necessários.

Quero parabenizar a todos aqui e dizer que eu voto favorável. E o projeto está muito bem direcionado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Vereadora Sandra.

Algum outro Vereador inscrito? (Pausa)

Nenhum outro Vereador deseja se manifestar? (Pausa) Eu vou solicitar à assessoria da Comissão a ordem dos próximos inscritos. (Pausa) Aos inscritos, eu gostaria de solicitar que, no momento em que a pessoa for chamada, diga qual entidade que representa. Lembrando que o tempo regimental para manifestação é de três minutos.

O primeiro inscrito é o Sr. Christian Silva Martins de Mello Sznick. Tem a palavra.

O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK – Presidente Carlos Bezerra, agradeço o espaço nesta audiência pública de tema muito importante. Cumprimento os Vereadores e Vereadoras presentes e os representantes da Secretaria de Educação, na figura da Secretária Adjunta Minéa e na da Secretária Executiva Malde.

Sou dirigente sindical do Sinesp, o sindicato que representa os gestores educacionais, sou diretor de escola da Prefeitura, além de membro do Fórum Estadual de Educação, membro eleito do Conselho de Alimentação Escolar e conselheiro participativo da região da Subprefeitura da Mooca.

As questões que trago aqui são dois momentos. Um deles é lamentando que, infelizmente, a Lei Federal reduziu o número de participantes dos trabalhadores da Educação no Fundeb. Se por um lado você tem a importância de o Fundeb ser renovado e ser permanente, mas essa diminuição diminui também a participação e o controle social, que é uma questão permanente e que deve ser sempre feita. Ao mesmo tempo, ressaltamos a importância de que nos últimos anos o conselho do Fundeb e a SME estão sempre trazendo os dados atualizadíssimos para podermos fazer as prestações de contas.

Houve sempre uma cobrança via SME que tem alguns anos já trazendo os dados ao Fundeb. Já fui conselheiro do Fundeb por três anos e meio e esses dados são importantes para fazer o acompanhamento, os dados dos repasses feitos pelo Governo Federal. Só para trazer a luz aos Vereadores, é um controle muito importante e também muito detalhado, pois os repasses diários dos impostos para conta unificada do Fundeb não é uma coisa tão simples, ainda mais com o ICMS que vai caindo todo dia um pouco do valor. Então, não é uma conta simples. Como o SME tem repassado esses dados, isso tem facilitado o trabalho.

O outro ponto é a gente gostaria de que isso permanecesse, porque desta forma dá para ser feito realmente o controle social disso e os relatórios de prestação de compras não somente para fins de atender ao Fundeb, ao Governo Federal, mas também atender à sociedade e o melhor acompanhamento disso.

Lamentamos também o momento atual em que as unidades educacionais estão em funcionamento com aulas presenciais neste momento em que estamos tendo ainda o aumento do coronavírus, o receio das pessoas serem contaminadas nas escolas e, sobretudo, não somente os profissionais de educação serem contaminados, mas também a comunidade.

A gente ressalta o Comunicado 6, que a SME fez, afastando parte nos horários

coletivos de pessoas para além das 19 horas, das escolas, é positivo. Que bom que afastou, mas seria muito melhor que afastasse todo mundo para um momento remoto, e presencialmente só quando tivermos segurança.

Agradeço a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Christian.

Paulo Soares da Rocha, a quem também peço que, no momento em que tiver a palavra, também se apresente e registre a entidade, organização, sindicato ou instituição que representa neste momento.

Bem-vindo, Paulo. Você tem a palavra.

O SR. PAULO SOARES DA ROCHA – Obrigado, Vereador. Bom dia aos colegas.

Sou Paulo Soares da Rocha, membro da diretoria da Aprofem, Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Também faço parte do Conselho do CACS-Fundeb.

O que a Aprofem vem indicando, sempre nas reuniões, é a questão do uso da verba da Educação para efeitos que sejam de fato a Educação. Não somos contra fazer o social. A Prefeitura, o Município, tem até por obrigação de atender as necessidades sociais das nossas crianças, dos munícipes. Porém, entendemos que a verba da Educação está sendo usada incorretamente como com material escolar, com *tablets* e outras coisas mais.

A legislação que institui o Fundeb não fala que essa verba do repasse deverá ser usada para esses itens. O Fundeb é para a manutenção da Educação, valorização dos profissionais da Educação, manutenção dos prédios, das redes educacionais, mas não para fazer assistência social.

Então fica o nosso registro e gostaríamos muito que a Câmara Municipal olhasse para essas questões com um olhar mais cuidadoso no critério Educação. Que tenhamos a verba destinada para a Educação, destinada para a valorização, formação dos profissionais de Educação, que seja usada com esse intuito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Paulo. Próxima inscrita, Sra. Denise Stucchi.

A SRA. DENISE STUCCHI – Bom dia a todos. Eu sou Denise Stucchi, sou atendente técnica da Aprofem – Associação dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo – e estou aqui para defender a questão do brasão do uniforme das crianças.

Como o Vereador Vespoli falou, isso é uma segurança para as nossas crianças, por isso que defendemos. E contamos com os Vereadores para que isso seja aprovado. É essa a nossa reivindicação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Sra. Denise. Neste momento, declaro que estão encerradas as inscrições. Peço as considerações e as respostas das nossas convidadas dos questionamentos feitos aqui tanto pelos Vereadores e Vereadoras, como por todos os participantes.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Obrigada, Vereador, todos os participantes. Eu vou pedir para a Professora Minéa complementar a minha fala. Com relação ao Fundeb, eu agradeço muito a colocação dos participantes e, sim, a gente tem colocado as informações o mais claro possível. Eu acho que o controle social é fundamental nesse processo e em todos os processos da administração pública, e nós estamos com essa missão de colocar sempre disponíveis as informações.

Com relação ao que o Sr. Paulo falou, me preocupa um pouco essa questão de que nós estaríamos utilizando recursos da educação que não se adequam a isso.

Eu acho que a gente segue a legislação do Fundeb com todo o rigor. E a Lei Federal tem muito rigor para isso também. E que esse entendimento do que compõe a educação é um pouco mais amplo. Então, quando se fala em *tablet*, em condições para as crianças poderem aprender, o conceito de se isso é ou não educação é um pouco mais amplo. E também entendo que a valorização do professor e a capacitação do professor é de

fundamental importância, mas não é o único viés na educação. Então nós precisamos olhar a educação, sim, com essa visão mais ampla.

E com relação ao brasão, eu insisto, eu solicito ao Legislativo que pense com carinho nesse tema, porque nós estamos aqui na tentativa de não deixar as crianças sem uniforme. É claro que o brasão é fundamental, é muito necessário; e nós também, os nossos educadores, os professores discutem isso. Mas, nesse momento de pandemia, o que a gente tenta é não deixar as crianças sem uniforme. Então a retirada do brasão vai permitir que a gente tenha pelo menos o uniforme durante este exercício, durante este ano, que está sendo tão difícil.

Minéa, por favor, com relação ao Fundeb, você quer colocar alguma coisa?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Não, quero só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Gostaria apenas de fazer registro de presença do Vereador Thammy Miranda.

Professora Minéa.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Eu só quero complementar o que a Malde falou ao Sr. Paulo.

Sr. Paulo, 100% da verba do Fundeb é usada para os educadores da nossa rede, para os servidores da Secretaria Municipal de Educação. A Prefeitura, inclusive, tem que complementar para que os salários possam ser pagos, tudo mais. Então, 100% do Fundeb são destinados a isso.

Acho que é importante a gente pensar no que o Vereador Vespoli colocou, Malde, em relação à representatividade da sociedade civil. Acho que isso é completamente possível a gente ampliar. Há um grupo grande de pessoas representativas da sociedade civil.

Além disso, a gente também atua com outros órgãos que têm essa representatividade, como o Creci, mas eu penso que é possível que a gente amplie isso. Não vejo problemas.

Em relação a só complementar a questão do brasão, nós que somos da rede

pública, achamos fundamental. Concordo com essa questão de que para os nossos funcionários o uniforme é uma segurança, no sentido de que a gente identifica quem está entrando na escola, para a segurança de todos os educadores e de todos os nossos professores.

Mas, essa medida foi também um pouco solicitada, porque ao determinar, ao planejar esse projeto de que a compra pode ser feita pelos pais, não mais de forma centralizada pela Prefeitura, nós conversamos com diversas pessoas que desejavam se cadastrar para oferecer esse uniforme.

Então, cooperativas de mulheres, outras cooperativas que podem fornecer esse uniforme nos diferentes territórios da Cidade, porque também é nosso objetivo fomentar que os territórios se organizem para que as pessoas, as mães do território, os familiares do território possam obter esses materiais no próprio território, não precisem sair de lá.

E esse foi um problema que eles colocaram: a gente pode fazer uniforme, mas colocar o brasão não é algo tão simples, tão fácil que a gente consiga de forma rápida produzir e oferecer para a comunidade.

É uma medida excepcional, que valeria apenas para este ano – como a Malde disse – e eu ratifico. Nós também reconhecemos essa necessidade, mas precisamos garantir que as crianças tenham uniforme para ir para a escola. As escolas estão abertas e algumas cooperativas, algumas pessoas que têm um pequeno comércio nos bairros não se cadastram por causa dessa dificuldade.

Por isso o apelo que fazemos, excepcionalmente neste ano, é pensando também nessas pessoas que gostariam de se cadastrar para oferecer uniforme para os nossos familiares.

Penso que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Feitas todas as manifestações, garantida a palavra a todos os presentes e não havendo mais nenhum outro inscrito, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, agradecendo a

presença das Secretárias da Educação, a Malde e a Minéa; e dos vários outros representantes da sociedade civil, que aqui estiveram; e um cumprimento especial a todos os Vereadores presentes a esta audiência.

Portanto, sem mais a tratar, declaro finalizada esta sessão.

Obrigado, gente. Um abraço. Um bom dia.
